

## **“DESENVOLVIMENTO FORÇADO”: A QUASE EXTINÇÃO DOS WAIMIRI-ATROARI E A MARCHA DE SUCESSO DOS KAYAPÓ DURANTE A “DÉCADA PERDIDA”\***

*Aparecida Maria de Souza Schmidt-Madsen\*\**

**RESUMO:** No contexto do desenvolvimento, pesquisadores da Universidade de Oxford discutem a problemática do “Desenvolvimento Forçado”. Dentro do conceito discutido, existe uma aceitação geral entre os pesquisadores, entre eles o Antropólogo Anthony Oliver-Smith, de que o desenvolvimento forçado provoca deslocamentos e reassentamentos. Este artigo chama a atenção para dois casos de “resistência” contra esse modelo de desenvolvimento em territórios indígenas no Brasil. O primeiro trata dos Waimiri-Atroari que quase foram extintos em consequência de projetos de desenvolvimentos implementados em seus territórios, como a Usina Hidrelétrica de Balbina, a construção da BR 174 e a instalação de uma companhia de mineração; tais projetos resultaram no deslocamento dos mesmos de parte de seus antigos territórios. O segundo trata da trajetória de “resistência” considerada bem sucedida dos Kayapó, durante os anos 80 do século passado, a chamada década perdida, quando empreenderam uma campanha em defesa dos seus direitos territoriais. Os dois casos ilustram a luta indígena contra o chamado desenvolvimento forçado.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento forçado, Waimiri-Atroari, Kayapó, hidroelétrica.

---

\* Agradeço o Prof. Dr. A. Oswaldo Sevá Filho pela inspiração e a introdução do tema deste artigo durante o segundo semestre de 2007, através da disciplina “Territórios e Grupos Humanos Ameaçados e Atingidos por Grandes Projetos” no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade de Copenhague, Dinamarca. Durante o ano letivo de 2007, foi aluna visitante do IFCH/UNICAMP.

## INTRODUÇÃO

Development-Induced Displacement and Resettlement<sup>1</sup> (DIDR) ou “Desenvolvimento forçado” expressa a ambição dos projetos de engenharia e o monopólio do poder do Estado, que por ser uma estrutura de poder político, utiliza-se de seu monopólio e a capacidade de deslocar pessoas e mudar paisagens ecológicas da maneira que lhe convém; porém tais manobras geram tensões e conflitos duradouros entre movimentos sociais, sociedade civil e a política desenvolvimentista.

O antropólogo e pesquisador americano Anthony Oliver-Smith (1996) enfatiza que o fenômeno DIDR muitas vezes se manifesta como a total expressão do poder do Estado, no que diz respeito à violência e sua ambição quanto a projetos de engenharia. Consequentemente, ser reassentado se manifesta como uma expressão de impotência social pela falta de controle sobre seu espaço físico.

Um dos efeitos de “desenvolvimento forçado” se manifesta sobre a degradação da sociedade local. Reassentamentos podem mudar a vida das pessoas completamente, porque não só as deslocam no espaço físico, como também provocam mudanças sociais. Pequenas comunidades, como algumas comunidades indígenas que passam pelo um processo de deslocamento, enfrentam inúmeros problemas decorrentes de reassentamento, entre eles o da autonomia.

Através de categorias socialmente e politicamente construídas, como *atingidos* e *ameaçados* por projetos de engenharia, hoje se tornaram em movimentos permanentes de resistência, que lutam não contra o setor elétrico e o desenvolvimento, mas pelo o direito de permanecer no seu território de origem. Durante a repressão militar nos anos 60, projetos como Sobradinho e Itaipu foram construídos sobre pouca resistência civil, mas durante os anos 80 com a “abertura” política, um forte movimento de resistência surgiu, ganhando significância política, obrigando as autoridades no nível nacional a uma negociação sobre as possibilidades e alternativas para reassentamentos.

---

<sup>1</sup> Por falta de melhor expressão para a tradução de “Development-Induced Displacement and Resettlement” em Português, considero o termo “Desenvolvimento Forçado” adequado.

Neste período, a organização de comunidades locais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Regional de Atingidos por Barragem (CRAB), contribuíram para uma reavaliação da política pública de reassentamento no Brasil, que como um todo também favoreceu os direitos indígenas. Segundo Oliver-Smith (2002), quando expansões econômicas de caráter privado ou público são implantadas dentro de territórios indígenas ou de grupos de minoria cultural, freqüentemente os leva a extinção ou a assimilação cultural. Nas palavras de Carlos B. Vainer & Guilherme de Araújo:

“Em regiões como a Amazônia, de equilíbrio particularmente delicado, a estes impactos soma-se, em barragens já construídas como em muitas das que estão previstas, a ameaça de um verdadeiro etnocídio, uma vez que se condena ao deslocamento, à dispersão, à desagregação cultural, quando não à morte propriamente dita [...]” (Vainer & Araújo, 1990, p.19).

Exemplos de deslocamento e reassentamentos forçados de comunidades indígenas são também o caso dos Tuxá do nordeste que foram deslocados pela CHESF, que além de terem sido deslocados, divididos em dois distintos grupos, foram reassentados em duas diferentes glebas situadas a quilômetros uma da outra. João Pacheco de Oliveira (1996) considera deslocamentos e movimentos migratórios de sociedades indígenas como início de um processo de desagregação.

## **OS WAIMIRI-ATROARI E OS PROJETOS DE “DESENVOLVIMENTO”**

Um dos efeitos do fenômeno Desenvolvimento-provoca-Deslocamento e Reassentamento no Brasil se manifesta através de projetos de desenvolvimento implantados no território pertencente ao grupo indígena Waimiri-Atroari. Os Waimiri-Atroari foram vítimas de massacre e quase foram extintos. Durante décadas, o Estado brasileiro coordenou inúmeras atividades dentro das terras dos Waimiri-Atroari, desde abertura ilegal de minas de ouro

ao derramamento de lixo radioativo no entorno de suas terras. Os Waimiri-Atroari sentiram os efeitos desenvolvimentistas, desde o final dos anos 60, com a construção da BR-174 que liga Manaus a Boa Vista. No final dos anos 70 o território dos Waimiri-Atroari foi mais uma vez invadido pela mineradora Paranapanema com apoio do FUNAI na região do Rio Uatumã. Como consequência da contaminação das águas e degradação do solo a resistência armada da população Waimiri-Atroari contava com 350 pessoas (Schwade, 1990).

A própria FUNAI apresentou um relatório constando que não havia dentro da região explorada pela Mineradora nem uma evidência da presença de algum Waimiri-Atroari (Baines em López, 2000). Em 1973 a FUNAI e o 6º batalhão de Engenharia e Construção (BEC) deram início à repressão dos índios na margem leste da BR-174. Puseram grades sob a ponte do rio Santo Antônio do Abonari, impedindo-lhes o livre acesso às canoas (Schwade, 1990).

Ao mesmo tempo a Eletronorte solicitou a autorização para a pesquisa de minério dentro da área que seria alagada pela a UHE/Balbina. A construção da hidrelétrica de Balbina em meados de 1970 causou danos irreparáveis. Uma verdadeira tragédia social e ecológica. Logo de início os Waimiri-Atroari sentiram os efeitos negativos da construção da UHE/Balbina: a usina provocou a total contaminação e destruição do rio Uatumã. De acordo com Barbara Cummings, foi considerada “o projeto que não deu certo”, por causa das consequências ambientais, sociais e econômicas. Com o fechamento das comportas da UHE, o vale do igarapé Santo Antônio do Abonari se tornou inabitável, resultando no deslocamento de um terço da população total.

Depois de anos em construção, em 1988 Balbina ainda não estava funcionando: apesar de o projeto ter sido iniciado em 1981 e ter um investimento de \$700 milhões, a obra apresentou falhas técnicas, necessitando mais \$700 milhões para ser consertado. Balbina serve de exemplo de como projetos de escala mal implantados podem causar danos irreversíveis a populações e ao meio ambiente, além de também ser uma expressão do poder político, que permite que um projeto como esse se realize. Quando os planos para a construção de Balbina se iniciaram em 1981, o reservatório planejava o alagamento de 2.346 km<sup>2</sup>, porém a área planejada para inundação foi bem maior. Balbina foi construída para atender a demanda energética da

região urbana de Manaus, mas já em 1995 o consumo energético de Manaus era bem maior do que o que Balbina tinha capacidade de produzir. Balbina é interditada para uso humano, mesmo assim a população das comunidades Taquari e Tapapuna só foram reassentadas no mesmo ano do alagamento das duas comunidades. Egydio Schwade escreve que a Eletronorte, empresa responsável pela construção de Balbina, sempre negou a existência de índios na área do reservatório. Em suas palavras:

“A Eletronorte transformou, através de Balbina, a população regional em um “pobre Lázaro”. No canteiro de obras, uma flagrante divisão em 3 classes sociais: os marajás da vila Waimiri (engenheiros, diretores, e técnicos de alto nível); a classe média dos remediados da vila Atroari, composta de funcionários de nível médio (mecânicos, carpinteiros, etc.) e, finalmente, a Marola, onde os peões, em número de 4 ou mais, moram em pequeninos e apertados cubículos.” (Schwade, 1990, p.42).

Os Waimiri-Atroari resistiram às opressões e assim deu-se início a uma longa jornada de violência. Durante a jornada de resistência no nível local, contaram com o apoio da igreja e trabalhadores, dos intelectuais e alianças internacionais, porém apesar dos protestos, não foi possível mobilizar os investidores que discutiam empréstimo com o Banco Mundial. O empréstimo de \$500 milhões foi mesmo assim concedido. De acordo com o antropólogo inglês Andrew Gray (1996), um dos motivos pela a qual o empréstimo não foi cancelado se deve ao fato do Governo Brasileiro ter planejado e executado a construção de Balbina antes do Banco Mundial ter entrado na discussão.

O Banco Mundial não tinha como (ou não desejava) mudar a posição do Estado Brasileiro em relação ao projeto. O fracasso da campanha internacional contra a construção da UHE/Balbina deveu-se aos obstáculos encontrados dentro da política pública do Estado, que já tinha decidido que o projeto seguiria em frente, sendo esses obstáculos quase irreversíveis. Durante este período de conflito, houve um decréscimo populacional assustador, de caráter etnocida, a Eletronorte em parceria com a FUNAI (ou FUNAI em parceria com a Eletronorte) implementaram programas sociais financiados

pelo Banco Mundial, para “recompensar” as perdas humanas, morais e territoriais dos sobreviventes do etnocídio:

“Os programas implantados têm uma estratégia muito bem montada para instilar nos Waimiri-Atroari critérios de “auto-determinação” que iludem o povo, dando a impressão de que eles estão sendo os donos do seu destino, quando na verdade se transformaram em joguetes dos manequins que a FUNAI formou entre eles.” (Schwade, 1990, p.43).

Os Waimiri-Atroari são hoje dependentes de medidas provisórias governamentais para sobreviver. Concordo com a afirmação do Prof. Anthony Oliver-Smith, de que o poder político tem a habilidade de deslocar pessoas e paisagens, sejam estas culturais, sociais ou ecológicas. O caso Waimiri-Atroari é um exemplo que vai além do efeito; dentro da problemática do Desenvolvimento Forçado-provoca-Deslocamento e Reassentamento ou “desenvolvimento forçado” ainda pode ser acrescentado que “desenvolvimento” deste porte pode levar a total extinção de grupos indígenas. Dentro do discurso oficial dos projetos de desenvolvimento, existe uma visível política cultural que procura expandir o controle governamental sobre grupos e territórios locais.

### **OS KAYAPÓ E A RESISTÊNCIA AO “DESENVOLVIMENTO FORÇADO”**

Dentro do contexto histórico de “resistência indígena”, a trajetória de resistência dos Kayapó é considerada por Andrew Gray como “campanha de resistência de sucesso”. Na década de 80, considerada a “década perdida”, período de estagnação econômica e conflitos sociais, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, a resistência dos Kayapó ganhou força, quando o governo anunciou a construção das barragens dentro de suas terras. De acordo com Andrew Gray (1996), os Kayapó mobilizaram-se independentemente em sua própria defesa, viajando para Washington para protestar contra a possibilidade do empréstimo de \$ 500 milhões oferecido pelo Banco Mundial

para a construção de barragens e complexos hidrelétricos (ao contrário do caso dos Waimiri-Atrari o Banco Mundial suspendeu o empréstimo).

Apesar de o empréstimo ter sido negado, o governo brasileiro decidiu não abrir mão do projeto. Os protestos desviaram o foco do Banco Mundial e direcionaram os protestos ao Governo. Campanhas de protestos contra projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial foram lançadas. As campanhas lançadas pelos os Kayapó culminaram em 1988 com “Encontro dos povos indígenas do Xingu”, organizado pelos os líderes Kayapó em Altamira, onde mais de 600 indígenas, representantes de vários países da América Latina, participaram. O auge do encontro aconteceu quando a índia Tuíra enfrentou um dos representantes da Eletronorte com um facão na mão. Tuíra tornou-se um símbolo da luta contra a construção do “Complexo Hidrelétrico do Xingu”. Oliver-Smith (1996) chama atenção para a necessidade de entender que mudanças internas dentro de comunidades e ações de resistência não mudam necessariamente a política pública do Estado, mas ações desse tipo desafiam a política do Estado.

Quando esse tipo de desafio se torna público, através da mídia, deslocamentos forçados de pessoas se tornam base para novas políticas públicas e questionam o desenvolvimento e a hegemonia do Estado. Projetos de desenvolvimento com infra-estrutura de grande escala geralmente são responsáveis pelos maiores conflitos relacionados a reassentamentos. Através do exemplo aqui apresentado, os Kayapó fizeram de sua cultura um instrumento político. De fato, sabemos que quando as comunidades indígenas (e comunidades locais em geral) são informadas sobre os empreendimentos, os projetos já estão em andamento, isso quer dizer: as audiências públicas anunciadas pelo setor empreendedor, que por lei exige a consulta dos povos indígenas, não mudam a realidade da implementação dos projetos:

“[...] Na medida em que o “social” não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em “problema”, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis [...]” (Bacile Pinheiro, 2007, p.32).

As rupturas sociais causadas por grandes empreendimentos que atingem muitas comunidades, consideradas tradicionais, são muitas vezes irreparáveis. Do ponto de vista de Sevá Filho e Bacile Pinheiro:

“[...] a implantação final das usinas só funciona na base do atropelo, “passando trator”, como se diz na gíria; até os juizes que por ofício deveriam ter como incriminar essas faltas, acabam mentindo em seus despachos, ignorando situações ostensivas, à luz do dia” (Sevá Filho e Bacile Pinheiro, 2006, p.14).

### **“TODO SUCESSO TEM SEU PREÇO”**

Não foi sem um preço que os Kayapó conseguiram chamar atenção das entidades nacionais e internacionais sobre seus direitos territoriais e culturais. Em 1988 os líderes Kayapó, Paiakan e Kube-i, acompanhados de Darrell A. Posey, foram convidados para participar do simpósio internacional “Wise Management of Tropical Forest”, nos Estados Unidos, organizado pela Universidade da Florida. Os líderes indígenas expressaram suas preocupações a respeito da construção do “Complexo Hidrelétrico do Xingu”. Segundo eles, caso o projeto fosse aprovado, inundaria 7,6 milhões de hectares. O projeto, que custaria \$10,6 milhões, causaria o deslocamento de milhares de índios de 11 diferentes tribos. Durante o simpósio, representantes do “National Wildlife Federation” e “Environmental Defense Fund” foram quem financiaram a viagem dos dois líderes indígenas para Washington.

Quando a delegação retornou ao Brasil, os dois líderes e Posey foram interrogados e acusados pela Polícia Federal pela paralisação do empréstimo pelo Banco Mundial, pela degradação da imagem do Brasil no exterior e pela tentativa de provocar uma crise econômica no Brasil. Além das demais acusações Posey (1996) foi especialmente acusado de “ilegalmente ter conduzido índios brasileiros para fora do Brasil”. Um dos investigadores da Polícia Federal, explicou a Posey durante uma dos interrogatórios: “Someone had to be behind those Indians. They would have never gone to Washington and said those



things by themselves”. (Posey, 1996, p. 128). O que estava sendo afirmado pelo investigador fazia parte do discurso dominante e da lógica de que o índio é “incapaz” de responder completamente por suas ações, afirma Posey. Manuela Carneiro da Cunha ressalta que o que está em disputa no Brasil, em relação à questão indígena, são os minérios e os recursos naturais em solos e sub-solos das terras indígenas. Aqueles que fazem lobby, afirma ela, para explorações desses recursos naturais e minérios, têm todo o apoio capitalista a seu favor. Enquanto as populações nativas, aproximadamente 1% da população brasileira, que por causa da sua cultura, nível social e política diferente da maioria dos brasileiros, acabam sendo marginalizados pelo sistema oficial que os considera “relativamente incapazes”. Terras indígenas são na realidade tratadas como a “terra de ninguém”; sempre consideradas como primeira opção para mineração, projetos hidroelétricos e projetos de desenvolvimento em geral (Manuela Carneiro da Cunha em Posey, 1996, p.124). Em outro artigo “O futuro da questão Indígena”, M. Carneiro da Cunha afirma que:

“As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos. Mas estes não devem ser pensados como um óbice para o resto do país: ao contrário, são pré-requisito da preservação de uma riqueza ainda inestimada, mas crucial. O que se deve procurar, no interesse de todos, é dar as condições para que esta riqueza não se perca. Fazem-se assim coincidir os direitos dos índios com os interesses da sociedade brasileira” (Carneiro da Cunha, 1994, p.133).

#### **“GENTE VIRA OBRA E OBRA VIRA GENTE”**

A Eletrobrás afirma, de acordo com Viveiros de Castro e Andrade, que “a presença de comunidades indígenas representa um dos problemas ambientais de maior complexidade, no planejamento e implementação de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão” (Viveiros de Castro & Andrade, 1988, p.7). Na crítica feita por Viveiros de Castro e Andrade na introdução

do livro *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas* (1988), os autores afirmam que o setor elétrico brasileiro considera as comunidades indígenas como um “problema ambiental”. A palavra ambiente, que em seu simples significado se refere ao ambiente de um sujeito, vem através das grandes obras de engenharia ter outro significado; “Ambiente” é o ambiente do sistema elétrico. O lugar de sujeito do ambiente é deslocado para a obra de engenharia.

O reservatório e as barragens são o “ambientado”; as populações humanas afetadas são partes componentes deste ambiente “[...] Gente vira ambiente, e a obra vira gente”. (Viveiros de Castro & Andrade, 1988, p.10). Partindo do meu ponto de vista, esta dialética entre “gente vira ambiente” e “obra vira gente” pode também ser interpretada da seguinte maneira: “obra vira gente, gente vira obra”, dentro desta lógica, o que ocorre é a humanização de obras de engenharia, de um lado, enquanto de outro ocorre um processo “desumanização” de pessoas. Os índios se tornam um “empecilho” para o setor elétrico, da mesma forma que outros obstáculos devem ser retirados do ambiente, antes de se dar início às construções das obras. Nas palavras de Bermann:

“Os projetos de construção de hidrelétricas acabam ocupando os espaços de reprodução social/cultural de proprietários e não-proprietários de terras [...] e acabam por determinar o início de conflitos cuja essência, para uns, será a apropriação do espaço geográfico como uma forma de mercadoria específica para geração de energia hidrelétrica; e, para outros, será o uso social, de produção sociocultural, como meio de vida” (Bermann, 2007, p.142).

Para o projeto desenvolvimentista o importante é a relação custo/benefício, enquanto para a população atropelada pela maquinaria dos empreendimentos, a lógica é outra.

## O EFEITO DO DESENVOLVIMENTO FORÇADO

A quem pertence de fato o ambiente ecológico? Uma simples resposta seria: o ambiente pertence ao sujeito, e é exatamente dentro desta lógica que o setor elétrico constrói o seu ambiente. Quando obra de engenharia vira “gente” do ponto de vista do sistema energético, a tendência é desmatar, barrar, expropriar e expulsar as pessoas que ali habitam para proteger seus interesses econômicos e seus empreendimentos. Da mesma forma, os atingidos, para defender seus territórios e suas riquezas naturais, criam movimentos de resistência contra o que podemos chamar de “invasões territoriais” por parte dos empreendedores e do governo. Além do mais, o enfoque por parte do conservacionismo ambiental é mais uma contribuição para o deslocamento forçado de pessoas, que por sua vez produz uma nova categoria de atingidos em nome do desenvolvimento ecológico.

Do ponto de vista conservacionista, o sujeito é o próprio (meio) ambiente, as pessoas que ali se encontram não passam de “empecilhos”. As populações indígenas ou aquelas consideradas tradicionais estão correndo risco de desaparecerem, como o que aconteceu com muitos dos Waimiri-Atrari, que apesar de hoje (2007) comemorarem o milésimo nascimento, o do menino Kinja, na aldeia Yawara, localizada na terra indígena homônima no sul de Roraima, quase foram extintos. Dentro destas perspectivas aqui discutidas, o verdadeiro problema está concentrado nas estratégias governamentais: o modelo de desenvolvimento, que exclui o sujeito do seu ambiente de origem, que na maioria das vezes se encontra sem nem uma alternativa. Da mesma forma que o capitalismo e o desenvolvimento no Brasil podem ser considerados desiguais e devastadores para uns e niveladores para outros; são resultados do desenvolvimento forçado, como sugere o grupo de pesquisa da Universidade de Oxford.

O conceito “atingido” tratado aqui abrange uma plataforma enorme de pessoas que são prejudicadas pelas externalidades negativas do modelo de desenvolvimento nacional, que por fim só alcança os próprios “fornecedores” e “maratonistas” do progresso. O “ambiente do desenvolvimento” se torna, assim, bem mais complexo e as populações indígenas e atingidos em grande escala são um problema de caráter, não ambiental, mas sim econômico, por

isso “se passa o trator”, para “limpar” a paisagem ecológica e fazer dela o cenário ideal para a construção de “obras de arte” de engenharia para mostrar o mundo um “snapshot” da natureza imaginada; pura, virgem e inabitada que só existe dentro de um contexto onde o ser humano pobre e miserável é excluído.

As hidrelétricas, sejam elas “grandes” ou “pequenas”, fazem parte de um sistema econômico de escala, que através de propaganda mercantil e promessas de que quanto maior o empreendimento, mais barato será a produção e a distribuição, fazem parte de uma ideologia desenvolvimentista que promete acabar com a pobreza:

“[...]a ideologia ‘desenvolvimentista’, segundo a qual estes investimentos de grande porte poderiam arrancar as regiões escolhidas do seu atraso, da sua pobreza, do seu estágio de subdesenvolvimento” (Sevá Filho, 1990, p.8).

Quando a população atingida é tratada como um obstáculo à implementação dos projetos por parte dos empreendedores, à tendência é o total desconhecimento das realidades locais e o que vem a valer são só os inventários de potencialidade hidrelétrica e hidrográfica (Santos, 2001). Enquanto os Kayapó conseguiram, através do poder político, ser ouvidos, os Waimiri-Atroari conseguiram da mesma forma, fazer parte da memória coletiva brasileira no contexto indigenista. Como escreve Manuela Carneiro da Cunha: “A primeira observação é que, desde os anos 80, a previsão do desaparecimento dos povos indígenas cedeu lugar à constatação de uma retomada demográfica geral. Ou seja, os índios estão no Brasil para ficar.” (Carneiro da Cunha, 1994, p.123).

## COMENTÁRIOS FINAIS: CONTEXTUALIZANDO A RESISTÊNCIA

Quando comunidades locais resistem ao “desenvolvimento forçado” a vantagem é uma “ruptura”, por menor que seja, na política pública do Estado. Geralmente, a tendência entre aqueles que representam o papel do Estado e o “povo” que luta pelos direitos de *habitat*, baseiam-se nas diferenças

étnicas. De maneira que a relação entre a resistência e a execução dos projetos, digamos, “inapropriados”, e o contexto local e a política pública do Estado, lutam um conflito étnico, antes de lutar um conflito social. Ou seja, a questão étnica vem à frente da questão territorial.

Dentro deste contexto, a resistência ao “desenvolvimento forçado” exige, antes de qualquer coisa, mudanças na política pública social de um lado, enquanto do outro ocorre um processo de integração étnica entre os povos. Como os exemplos aqui apresentados, onde a imagem cultural de populações indígenas se torna instrumento político na batalha a favor de uma política pública justa, que respeite os direitos indígenas, da mesma forma, que respeitem os direitos humanos de modo geral. No entanto, mudanças radicais, dentro da política pública, só são alcançadas, quando levadas para fora do contexto local. O “Encontro dos povos indígenas do Xingu”, por exemplo, também representa a união e a integração social, cultural e étnica dos povos indígenas, não só do Brasil, como também da América Latina. Talvez por essa razão, podemos considerar essa batalha de “campanha de resistência de sucesso”, como sugerida por Andrew Gray (1996) e o caso Waimiri-Atroari, “campanha de resistência de fracasso”.

**ABSTRACT:** Within the development context, researchers from the University of Oxford discuss the problem of “forced development”. Along with the discussed concept, there is a general accept among the researchers, including Anthony Oliver Smith, that forced development induce displacement and resettlement. This paper calls attention to two cases of resistance towards this model of development in indigenous territories in Brazil. The first case; the Waimiri-Atroari and their almost complete extinction, serves to remind the Brazilian state, that projects such as The Balbina Dam and the exclusion of indigenous people from there territories, entails an image of the social decadence towards the native Brazilian population. The second case; the trajectory of the indigenous resistance of the Kayapós during the 1980s, can be celebrated as a “campaign of success”, in which the indigenous people defended their existence as a “people” by themselves. Both cases symbolise the indigenous struggle against forced development.

**KEYWORDS:** forced development, Waimiri-Atroari, Kayapó, Hydroelectric plants, indigenous resistance

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACILE PINHEIRO, Maria Fernanda *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. FEM, UNICAMP, 2007.
- BERMANN, Célio Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. In: *Estudos Avançados*, 21 (59), 2007.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela O futuro da questão indígena. In: *Estudos Avançados*, 8 (20), 1994.
- GRAY, Andrew: Indigenous Resistance to Involuntary Relocation. In: MCDOWELL, Christopher (org.): *Understanding Impoverishment. The Consequences of Development-Induced Displacement*. Berghahn Books, Oxford, 1996, pp. 99-122.
- LÓPEZ, Alexander: *Environmental Change, Social Conflicts and Security in the Brazilian Amazon: Exploring the Links*. PhD thesis, Department of Political Science, University of Oslo, 2000.
- OLIVER-SMITH, Anthony Fighting for a Place: The Policy Implications of Resistance to Development-Induced Resettlemen. In: McDowell, Christopher (org.): *Understanding Impoverishment. The Consequences of Development-Induced Displacement*. Berghahn Books, Oxford, 1996, pp. 77-97.
- \_\_\_\_\_. Displacement, Resistance and the critique of Development: From the grass roots to the global. RSC *Working Paper*, No. 9, Oxford, Refugee Studies Centre, University of Oxford, 2002.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas In: *Travessia*. Revista do migrante, Publicação do CEM, v. 9, no. 24, pp. 5-9, 1996.

- POSEY, Darrel A. The Kayapó Indian Protests against Amazonian Dams: Successes, Alliances and Un-Ending Battles. In: MCDOWELL, Christopher (org). *Understanding Impoverishment. The Consequences of Development-Induced Displacement*, Berghahn Books, Oxford, 1996. pp. 123-135.
- SANTOS, Silvio Coelho dos As hidrelétricas, os índios e o direito. In: REIS, Maria José e Neusa Maria SENS BLOEMER (org). *Hidrelétricas e populações locais*, Cidade Futura, Florianópolis, 2001, pp. 19-37.
- SCHWADE, Egydio. Nas terras Waimiri-Atrari projetos de morte. In: *Travessia*, Revista do Migrante, Publicação do CEM, v. 2, no. 6, pp. 39-43, 1990.
- SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo e Maria Fernanda BACILE PINHEIRO *Conflitos Sociais e Institucionais na concretização recente de algumas Concessões de aproveitamos hidrelétricos assinadas entre 1997 e 2000*. Campinas, FEM/UNICAMP, 2006.
- SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Intervenções e armadilhas de grande porte. Um roteiro internacional dos dólares e seus argumentos, e dos prejuízos dos cidadãos nas obras hidrelétricas In: *Travessia, Revista do migrante*, Publicação do CEM, v. 2, no. 6, 1990. pp. 5-11
- VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. In: *Travessia, Revista do Migrante*, Publicação do CEM, v. 2, no. 6, pp. 18-24, 1990.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e Lúcia M. M. de ANDRADE Hidrelétricas do Xingu: o Estado Contra as Sociedades Indígenas. In: *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988, pp. 7-23.